

Assembleia Colonial, também protestando contra a ideia de fechamento da Rua da Pedra, e quanto ao CAB, dizia o misirivista que o projeto era excelente, mas que a instituição deveria se ater a problemas críticos de Búzios e não com interdições de Ruas entre outros argumentos, e a seguir o orador encerrou sua fala, reiterando que o assunto era polêmico envolvendo o grupo empresarial que se instalava na Ponta da Sapata, Ponta do Pai Vitório e quarenta comerciantes da Rua da Pedra. Não havendo mais quem quizesse fazer uso da palavra em EXPLICAÇÃO PESSOAL, o Senhor Presidente, encerrou a presente Reunião em nome de Deus. E para convitar mandou que se lancesse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

*Assinado*  
*Samuel!*

Ata da Segunda Reunião Ordinária do Segundo Período Legislativo do Ano de mil novecentos e oitenta e nove, realizada em três de agosto do Ano em curso.

As dezesseis horas do dia três de agosto de mil novecentos e oitenta e nove (1989), sob a Presidência do Vereador Jânio dos Santos Mendes, e com a seu-

pação da primeira e segunda Secretarias, pelos Vereadores Valmir Rodrigues de Lacerda e Adailton Pinto de Andrade, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Aires Bessa de Figueiredo, Ayrá Silva da Rocha, Benildo Mota, Carlos Roberto Silva, Carlos Roberto Nogueira dos Santos, Derson Jardim, Félix da Costa Gomes, Josénils Paheco Filho, Marcos Valério Corrêa Sant'Anna, Orlando da Silva Pereira, Osmar Sampaio da Silva, Valfredo Santos Silva e Wilmar Monteiro. f. havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foram lidas as seguintes atas: Ata da Reunião de Instalação do Segundo Período Legislativo e Ata da Primeira Reunião Ordinária do Segundo Período Legislativo. Logo após, o Senhor Presidente determinou a Leitura do EXPEDIENTE, que constou do seguinte: Ofícios nºs 60/89, 403-A/89, 408/89, 424/89, 425/89, 426/89, 427/89, 428/89, 429/89, 430/89, 431/89 e 432/89, contendo informações solicitadas através de Requerimentos aprovados por esta Casa, Projeto de Lei nº 37/89 de autoria do Vereador Valmir Rodrigues de Lacerda, dispondo sobre obrigatoriedade de sinalização em todo o Município de Cabo Frio, em área ecológica; Requerimento nº 144/89 de autoria do Vereador Benildo Mota, solicitando a CEDAE, instalação de rede de água potável na Rua do Caboclo com a Rua da Colina, localizadas em Mangueiros, 3º Distrito; Requerimento nº 151/89 de autoria do Vereador Valmir Rodrigues de Lacerda, solicitando ao Secretá-

rio Estadual da Defesa Civil, a criação de um Detachamento do Corpo de Bombeiros em Mangueiras, 3º Distrito; Requerimento nº 153/89 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Paerda, solicitando ao Secretário Estadual da Defesa Civil, a criação de um Centro de Recuperação de Afogados em local adequado em nosso Município; Requerimento nº 159/89 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Paerda, solicitando ao Secretário de Desenvolvimento Social do Estado do Rio de Janeiro, que viabilize a vinda para Cabo Frio, de um Posto do "Socelão Volante"; Requerimento nº 166/89 de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, dispondo sobre pedido de informações ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, quanto ao fundo de garantia dos funcionários públicos municipais; Indicação nº 136/89 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Paerda, solicitando ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, concessão de área de terra à Associação dos Vendedores Ambulantes de Cabo Frio; Indicação nº 143/89 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Paerda, solicitando ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, dragagem e manilhamento de um valão localizado no Recanto das Dunas; Indicação nº 164/89 de autoria do Vereador Adailton Pinto de Andrade, indicando ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, medidas que viabilizem a construção de passeios públicos pela Prefeitura Municipal, a serem pagos pelos proprietários de imóveis; Indicação nº 165/89 de autoria do Vereador Adailton Pinto de Andrade, solicitando ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, providências no sentido de viabilizar junto à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, a transformação da Rua Lopes da Guia em Rua de Pedestres. Terminada a Leitura do EXPEDIENTE, o Senhor

Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado para o uso da Tribuna. Fez uso da Tribuna como primeiro orador inscrito o Vencedor Wilmar Monteiro, iniciando sua fala, abordou respostas do Senhor Prefeito aos Requerimentos aprovados na Câmara, dizendo que as respostas eram na maioria das vezes evasivas, sem conclusão ainda, que a Prefeitura não respeitava o prazo legal de trinta dias. Disse também que por coincidência ou não, um dos poucos Requerimentos de sua autoria, sem resposta alguma dizia respeito a informações quanto ao IPTU pago pelo Senhor Umberto Mediano em seu empreendimento em Búzios, segundo informações, de grande importância para o Município, e mais, não considerava pelo menos razoável, que em lote do referido empreendimento anunciado no ano de mil novecentos e oitenta e oito por cerca de quatro mil cruzados novos pagasse apenas, cerca de quinhentos cruzados de IPTU, e na medida em que o Senhor Umberto Mediano não precisava de tal favorecimento, o Município com as finanças abaladas, já sem crédito junto aos fornecedores, precisava de uma reavaliação quanto a questão. Disse que a situação era das mais lamentáveis quando sequer a Prefeitura conseguia pagar em dia seus funcionários, agravada pela total falta de sintonia entre os Secretários do Senhor Prefeito, embora, mais uma vez naquela tarde estivesse todos reunidos no Hotel Aca-pulle a pretexto de mais um Seminário sobre administração pública e onerando ainda mais as já combatidas finanças do Município, enfatizando que as despesas com hotéis no Município para encontros e reuniões, já estava se tomando uma prática. Disse que mais uma vez alertava ao Senhor Prefei-

11

to, pois era mais do que necessário o alinhamento da Administração Municipal para o enfrentamento dos graves problemas de Lobo Tris. Quanto a resposta do Senhor Prefeito a Requerimento de sua autoria, dispendido sobre as razões de elevação dos emolumentos municipais em mais de mil por cento, disse não aceitar que a Prefeitura respondesse que era baseado no Código Tributário, e como não aceitava respostas evasivas, devolveria o ofício do Senhor Prefeito para que fosse detalhado Código Tributário, esperando que o Senhor Presidente da Câmara já tivesse adotado as providências para formalizar a devolução. Já deu a seguir dos vencimentos dos servidores Municipais, pois com a indexação dos salários tendo como parâmetro o salário mínimo, colocava a Prefeitura em situação das mais difíceis para cumprir a folha de pagamento. Por outro lado disse que no entanto a grande preocupação não era com os salários dos servidores, mas sim com a Tabela III, que atendia Secretários, sub-Secretários, Assessores e Procuradores, pois um Secretário a partir de agosto passava a receber quatro mil e oitocentos cruzados, o que considerava um abuso, pois alguns Secretários trabalhavam apenas uma vez por semana, outros duas vezes, e que a Câmara não podia permitir que todas as vezes em que se elevasse o Piso Nacional dos Salários, fosse disparado o salário de privilegiados, enquanto os servidores que realmente trabalhavam ficassem com salários irrisórios. Disse que em conversa com o Vereador Ayré Silva da Rocha o mesmo manifestara o desejo de congelar através de Projeto de Lei, os vencimentos constantes da Tabela III, da Prefeitura Municipal, o que considerava saudável para as finanças da Prefeitura, en-

cerrando a seguir sua fala. A seguir saiu a Tribuna o Vereador Aires Bessa de Figueiredo, iniciando sua fala, solicitou ao Senhor Presidente que intercedesse junto ao Prefeito Municipal, para que fosse dado apoio a atletas de Cabo Frio, deficientes físicos e que iriam participar da Terceira Copa do Mundo de Amputados, a se realizar nos Estados Unidos da América do Norte, considerando tal evento um exemplo de fé, de coragem, e exemplo para seres muitos serem normais, que mesmo perfeitos eram acomodados. Em aparte, disse o Vereador Ayr Silva da Rocha que o médico que acompanharia a Delegação Brasileira, era cabofriense, Dr. Antonio Carlos Valentim, filho do Senhor João Valentim, cidadão dos mais conhecidos em Cabo Frio. Abordou a seguir Moção de Agravo de sua autoria, dirigida ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, face principalmente a situação de funcionários municipais, agradecendo o apoio recebido pela maioria dos Vereadores com assento na Câmara Municipal, e mais, que em todas as entrevistas aos órgãos de informação exaltara o comportamento dos seus Nobres Pares, que entendendo ter chegado o momento de fazer ao Senhor Prefeito suas responsabilidades com centenas de famílias, não hesitam em votar, como também haviam encaminhado a Moção, enriquecendo-a e valorizando-a. Considerou que infelizmente o Senhor Prefeito ainda não merecia a confiança do povo e muito menos da Casa de Deuses e que assim sendo lamentava ter sido obrigado a manifestar oficialmente o seu sentimento, e que refletia sobretudo a dor do funcionalismo da Prefeitura. Prossequindo disse ser mais do que necessário que o Senhor

Prefeito assumisse de fato e não apenas de direito suas funções e que realmente passasse a administrar o Município, sofrendo uma crise que a cada dia se tornava pior por omissão do Prefeito, e que assim sendo era imperativo que a Câmara continuasse atenta ante tais deva-  
rios, não havendo no entanto nenhum desejo em perseguir o Executivo ou muito menos bloquear os seus atos administrativos, mas sobretudo exigia respeito para com o Município, os funcionários e seu povo, no que encerrou sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, iniciando sua fala, disse que era típico dos governos populistas, o pensamento dirigido apenas em projetos pessoais, o egoísmo que se dedicava apenas a carreira política, sendo dever do Vereador lembrar ao Prefeito que ele dirigia uma Prefeitura porque fora eleito pelo voto do povo, e ainda que o mesmo estava para governar e cumprir planos, e não apenas nomear assessores e sair para fazer campanha política para Vereador, ou qualquer outro cargo, e sem administrar sem conhecer a problemática administrativa, o Senhor Prefeito entregando a Prefeitura para assessores, dirigia Cabo Tiro sim, mas, para o caos. Disse também não acreditar que os Vereadores eleitos quisessem o caos, e ainda, que o pior que podia acontecer a um Município era a ausência do seu Prefeito, com graves prejuízos inclusive para os trabalhadores da Prefeitura, como todos podiam comprovar. Disse também que o Dr. Ivo Saldanha com seus atos apenas era a constatação do

que previra em campanha política, quando como candidato a Vereador, descontinava na pregação do então candidato e hoje Prefeito, o populismo e a falácia demagógica que iriam prejudicar de maneira sensível ao Município, e era o que se via, pois seis meses eram decorridos e nada, a não ser equívocos e erros estavam acontecendo pela omissão de Poder Executivo. Prossequindo, disse que as inelinguências do Governo Ivo Saldanha, ou seja, o seu fracasso, não era obra de má fé, mas sim, de pura incompetência, e mais, que quando fora pressionado pela Câmara quanto as respostas de Requerimentos, respondera a todos de uma só vez em menos de uma só vez, o que não ocorrera em seis meses. Considerou de extrema gravidade os acontecimentos que envolviam a Prefeitura e o Município, aduzindo que, ou a Câmara convocava para o Prefeito governar realmente o Município, ou o tempo iria passar e nada mais poderia ser feito para salvar Cabo Frio de sua queda no infundável abismo da insolvência financeira e social. A exemplo do Vereador Wilmar Monteiro protestou contra os gastos, exemplificando com o recente encontro de agentes de saúde realizado em hotel de luxo, ponderando que o encontro merecia um local digno, mas ponderou, porque alugar outro hotel se a Prefeitura já pagava o Hotel Bangalô, dotado de toda uma infraestrutura para tais eventos, o que deveria ser devidamente esclarecido não só para a Câmara como para o povo Cabofriense. Quanto a resposta dada a Requerimento do Vereador Acyr Silva da Rocha pelo Senhor Prefeito, e já brilhantemente replicada pelo mesmo, disse que no mínimo fora



desleal e mal educada, sem falar nos erros ortográficos, e que o Vereador, eleito pelo povo, com deveres para com a população merecia o respeito do Executivo, dirigindo ao Vereador do PMDB, sua irrestrita solidariedade. Quanto ao Projeto de Lei, a ser apresentado pelo Vereador Ayr Silva da Rocha, propondo o congelamento dos salários dos integrantes do primeiro escalão da Administração Municipal, disse que o mesmo teria o seu apoio, e adiante, disse que estaria pronto a assinar Projeto de Resolução também congelando os salários dos Vereadores, pois sobretudo deveria haver uma legislação justa, sem privilegiamentos, sem objetivar a defesa da causa própria. Encerrando a seguir sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Waldir Rodrigues de Valença, iniciando sua fala, hipotecou sua solidariedade ao Vereador Ayr Silva da Rocha, tendo em vista resposta ao seu Requerimento de Informações, a qual considerou desleal, lembrando texto constitucional no seu artigo Segundo - Executivo, Legislativo e Judiciário, são poderes independentes e harmônicos entre si. Acrescentando que a luta era pelo fortalecimento da Casa, não podendo aceitar que um companheiro fosse desrespeitado por quem tivera a infelicidade de assinar o ofício assinado pelo Prefeito. Falou a seguir que estava apresentando naquela reunião, Projeto de Lei que lhe custara dias e mais dias de trabalho pesquisando, em jornais e publicações, além de longas caminhadas, culminando no dia anterior com visita ao Terceiro Distrito para comprovar a necessidade ou não do seu projeto, dispendo so-

A sinalização ecológica no Município de Cabo Frio. Disse que a idéia do Projeto havia surgido quando há cerca de três meses estivera no "manguesal" do Porto do Carro, e deparara com três garças mortas, permanecendo no local por cerca de duas horas, ao amanhecer, pudera constatar que no local estava sendo varado lixo, restos de animais e toda espécie de refugo urbano, e com a grande quantidade de urubús no local, as garças ao se aproximarem eram atacadas pelas aves de rapina bastando uma simples beliscada dos urubús, e pedindo providências junto com o Presidente da Associação dos Moradores do local, o lixo fora retirado e acabara o morticínio das garças. Prossequindo disse que a partir do episódio, alimentar a idéia de sinalizar todos os pontos de importância ecológica do Município, evitando práticas predatórias, e que o Projeto era de fácil aplicação, bastando apenas a determinação administrativa e conscientização das comunidades. A seguir o Vereador procedeu a leitura de textos do seu Projeto de Lei e justificativa, enfatizando que a prevenção quanto aos danos provocados por práticas predatórias ao meio ambiente, seriam infinitamente menores em relação ao que era dispêndio para recompor o que era destruído. Disse a seguir que adotara uma posição até certo ponto perigosa para um político, nos dias atuais, mas, no dia anterior estivera visitando empreendimento de empresário por demais criticado, mas conhecera o complexo turístico do Senhor Umberto Modiano, para constatar tudo o que se podia fazer. Prossequindo, disse que fora muito bem recebido e que com o Dr. Bevi, em visita da empresa, estivera em todos os pontos do

empreendimento e depois no mar, conhecera outros aspectos do Projeto, podendo afirmar que o que se praticava contra o empresário era uma incoerência, podendo afirmar que o que criava o mau empresário era o mau político, que através de comportamentos comprometedores levavam muitas empresas a terem inclusive os lucros sendo abusivos. Disse poder constatar que o empresário era um eterno apaixonado pela natureza, um abnegado empresário e que investira maciçamente em Cabo Frio, cujo retorno evidente que não seria a curto prazo, tal a grandiosidade dos Projetos do Senhor Umberto Mediano. Em aparte, disse o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, que os fatos constatados em relação ao Senhor Umberto Mediano, podiam perfeitamente basilar sua opinião, de que o mesmo era um empresário audaz, mas não honesto. Prosseguindo, disse o orador que não era defensor do Senhor Umberto Mediano, mas que sobretudo tinha que ter a dignidade e falar o que via, porque era verdade, e mais o que era comum na Casa era a crítica sem conhecimento de causa. Falou sobre o loteamento do Arpoador que não existia, sendo criada uma estrada até o final do loteamento e facilitando o acesso de inúmeros proprietários de áreas no local e ainda, casas construídas sem agressão ao meio ambiente, e que a praia não era privatizada e nem a Ponta do Sai Vitória havia sido dinamitada, pois constatara pessoalmente. Quanto a Ilha Fria, disse que não havia condições para sua exploração, considerando uma estupidéz qualquer tipo de investimento no local, agravada ainda por sua ingrata posição geográfica. Disse também

que o que mais lhe deixara surpreso e até certo ponto preocupado, foi com relação a área onde estava sendo construído o Campo de Golf, pois era um brejo, e mesmo assim a Prefeitura estava colocando resistência quanto ao empreendimento, desejando saber quais as exigências da Municipalidade, e que segundo informações obtidas, não tendo dados concretos, era um investimento que iria alojar cerca de cinco milhões de dólares. Lembrou que o Prefeito de Campos, estava de "pés na mão", pedindo aos seus companheiros de Partido, que sensibilizassem o Governo Estadual no sentido de que o seu Município fosse beneficiado com investimentos e incentivos fiscais, a exemplo do que ocorria no Espírito Santo, e ainda, gostaria de saber quem seria o responsável pela fuga de cinco milhões de dólares do Município de Cabo Frio, e mais, que não podia haver uma posição demagógica, quando a realidade existia coerência, assumindo inteira responsabilidade pelo que estava falando. Respondendo a parte do Vereador Félix da Costa Gomes, disse que fora a Búzios por força do seu Projeto de Lei, dispondo sobre sinalização ecológica, para avaliar o impacto de empreendimentos sobre o meio ambiente em Búzios. Finalizando disse que a crítica era exigida, bem como a fiscalização, mas sobretudo deveria haver responsabilidade quanto ao futuro do Município de Cabo Frio. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos para o segmento dedicado a "ORDEM DO DIA", que constou do seguinte: Aprovado o Projeto de Lei nº 37/89 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Vascerda; Requerimento nº 144/89 de autoria do Vereador Benilde Mota; Re-

querimentos 151/89, 153/89 e 159/89 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda; Requerimento nº 166/89 de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos; Indicações nºs 136/89 e 143/89 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda; Indicações nºs 164/89 e 165/89 de autoria do Vereador Adailton Pinto de Andrade. Terminada a "ORDEM DO DIA", o Senhor Presidente franqueou a palavra aos Vereadores para EXPLICAÇÃO PESSOAL. Nesta etapa fez uso da palavra o Vereador Carlos Roberto Silva, iniciando sua fala, parabenizou a Casa pelo que considerava uma vitória de todos, ou seja, naquela reunião o Senhor Prefeito através de ofício encaminhara respostas a todos os Requerimentos solicitando informações, e ainda que algumas respostas não alcançassem o âmago da questão, pelo menos ficara claro que o Senhor Prefeito Municipal se curvara ante as prerrogativas da Câmara Municipal. A seguir procedeu ofício da Presidência da Casa, enviado ao seu Gabinete informando que todos os Requerimentos dirigidos ao Senhor Prefeito haviam sido respondidos e que os Expedientes estavam sendo enviados aos Senhores Vereadores, tendo recebido o orador o ofício da Presidência as onze horas e quarenta e cinco minutos, daquele dia, enfatizando que se não houvessem as respostas do Executivo ao meio dia, entraria com denúncia de infração político administrativa praticada pelo Senhor Prefeito, acreditando que seria aprovada e que se não fosse por unanimidade, por um ou dois votos contra os que ainda se atrelavam ao "calvostê" do Prefeito Municipal. Destacou resposta de Requerimento de sua autoria com relação ao Senhor Fernando

mal Dowell, estranhando que o Senhor Prefeito dis-  
sesse que o seu Secretário comparecia a Câmara para  
prestar informações, quando sua proposição era base-  
lada em informações que deveriam ser prestadas  
pelo Senhor Prefeito, e que assim sendo devolveria  
o expediente e aguardaria respostas pertinentes aos  
quesitos embutidos em seu Requerimento. Também  
quanto a pintura dos veículos oficiais, pretendia  
entrar em juízo quanto ao que entendia ser um  
abuso de Poder, com vistas a promoção pessoal e pe-  
lítica, com o que não concordava, pois os veículos  
tinham que ser pintados nas cores oficiais do Mu-  
nicípio sem símbolos outros que não o brasão muni-  
cipal, e ainda que o Prefeito pagasse com seus pró-  
prios recursos as despesas com as novas pinturas,  
encerrando sua fala. A seguir fez uso da pala-  
va o Vereador Presidente Jânio dos Santos Mendes,  
iniciando sua fala, discorreu sobre aspectos ineren-  
tes a Lei Orgânica Municipal, dizendo de sua  
certeza no empenho dos Senhores Vereadores em  
legarem ao Município um conjunto de normas a  
altura do que era aguardado pela comunidade,  
dirigindo apelo a comunidade para que cada vez  
mais procurassem aos Vereadores, com subsídios que  
levassem a busca de uma Lei que atenderse as  
questões e problemas básicos do Município. Disse  
ainda que no seu Gabinete ou em sua residen-  
cia estava a disposição de todos os segmentos  
representativos do Município, para acatar levar  
a composição Plenária e toda e qualquer sugestão  
que viesse a aprimorar a Lei Orgânica do Mu-  
nicípio de Cabo Frio. Relatou a seguir os proble-  
mas vividos pela comunidade da Gamboa para  
legalizarem suas propriedades junto aos órgãos Fe-

M

derais, luta que se iniciara por volta de dezo-  
nove horas e trinta minutos, e que recentemen-  
te tivera outros episódios, inclusive com ameaça  
de despejo por parte de pessoas que se intitula-  
vam proprietárias dos terrenos da Gamboa. Disse  
também, que a partir de mil novecentos e oitenta  
e seis, assumira junto com a Associação de Mo-  
radores a luta pela legalização das terras e com ju-  
sta alegria podia informar que através de docu-  
mento expedido pelo SPV, trezentos e setenta e  
duas famílias tiveram, assegurado direito à pro-  
priedade, inclusive podendo lavrar escrituras  
dos imóveis. Como representante da Comunidade  
da Gamboa deixou registrados agradecimentos ao  
então Deputado Estadual e hoje Prefeito de Cabo  
Frio, DR. Ivo Saldanha pelo apoio prestado à cau-  
sa da Gamboa, e também agradecimentos ao DR.  
Fosnel de Castro, Diretor do Serviço do Patrí-  
mônio da União, encerrando a seguir sua fa-  
la. Não havendo mais Vereadores para fazer uso  
da palavra em EXPLICAÇÃO PESSOAL, o Senhor Pre-  
sidente encerrou a presente Reunião em nome de  
Deus. E para constar mandou que se lavrasse  
a presente Ata que depois de lida, submetida à  
Apreciação Plenária, aprovada, vená assinada  
para que produza seus efeitos legais.

*[Handwritten signature]*  
Cunha!

Ata da Terceira Reunião  
Ordinária do Segundo Pe-  
ríodo Legislativo do Ano  
de mil novecentos e oi-  
tenta e nove, realizada